

Até onde a guerra entre os poderes pode atrapalhar as reformas

Murillo de Aragão - 10 de março de 2020



Foto: Divulgação/Sociedade Online

O ano político começa no Brasil depois do Carnaval. E a situação que se apresenta é bastante peculiar ante a história do país: temos um governo que se mostra forte, mas que perde espaço institucional para o Legislativo.

A polarização constatada nas eleições de 2018 se ampliou e se transformou em uma multipolarização com, pelo menos, cinco

núcleos: a direita bolsonarista; a direita não bolsonarista; o centro político; a esquerda lulista; e os demais fragmentos da esquerda.

No ano passado, os conflitos e as narrativas duras não impediram o avanço da agenda de reformas. Agora, porém, os agentes econômicos e o mercado financeiro veem com preocupação a elevação do tom na discussão entre o governo e Congresso. O que deve acontecer?

Temos uma disputa institucional em curso. Não é nova e envolve os três poderes. Há tempos ocorre uma espécie de acomodação das placas tectônicas em Brasília. O Judiciário, por exemplo, se afirmou com a judicialização da política a partir do julgamento do mensalão.

Após a crise do presidencialismo de coalizão na era Dilma (PT), o Legislativo ampliou o controle sobre o Orçamento da União e criou dificuldades para a edição de medidas provisórias.

Mais recentemente, a maneira de governar do presidente Bolsonaro acelerou um processo que, no limite, poderá resultar em um semiparlamentarismo de coalizão, no lugar do abandonado presidencialismo de coalizão.

“Agentes econômicos veem com preocupação a elevação do tom entre governo e Congresso”

Esse novo regime é formado por um grupo de partidos conhecido como Centrão, hoje sob a liderança do presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que controla a pauta do Congresso. Salvo uma crise política de grandes proporções ou um fato novo extraordinário, nada será aprovado este ano fora da coordenação do Centrão.

Governo, apesar de seus imensos poderes, estará a reboque, o não estabeleça uma eficiente coordenação política nem plie o diálogo com as forças políticas que apoiam sua agenda. O bom caminho está na política.

O quadro é delicado, já que as disputas podem acirrar as narrativas. E esse desdobramento pode levar a retaliações. O estalo febril nas relações entre o Executivo e o Congresso ainda não afetou a agenda. Mas preocupa. Avançar com as reformas administrativa e tributária em um ambiente pacificado já seria tarefa difícil. Caso a crise de relacionamento se agrave, o ritmo de votações poderá ficar comprometido.

Tudo o que o Brasil não deseja no momento é a paralisação das reformas. Ataques e manifestações contra as instituições são um péssimo caminho.

O aspecto positivo do momento é que os poderes, com algumas diferenças de intensidade, estão engajados em manter o ciclo de reformas. Mas a convergência de agendas tem de se mostrar mais clara para a sociedade, que, por sua vez, deve se apresentar engajada no debate. Nota-se que os setores

produtivos aplaudem de longe as pautas, no entanto não atuam de forma intensa, como na reforma da Previdência.

O que se debaterá neste ano no Congresso é essencial para o futuro do Brasil, que já perdeu tempo demais. O momento exige responsabilidade por parte das elites e por parte das instituições.

mpartilhe

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão é advogado, jornalista, professor, cientista político e presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio fundador da Advocacia Murillo de Aragão. É Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (UniCEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia (estudos latino-americanos) pelo Ceppac – Universidade de Brasília. Entre 1992 e 1997 foi pesquisador associado da Social Science Research Council (Nova York). Foi membro do “board” da International Federation of the Periodical Press (Londres) entre 1988 e 2002. Foi pesquisador da CAPES quando doutorando no CEPAC/UnB. É membro da Associação Brasileira de Ciência Política, da American Political Science Association, da Internacional Political Science Association, da Ordem do Advogado do Brasil (Distrito Federal) e do IBRADE - Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral. Foi membro do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2007 - 2018). Como membro do Conselho, foi chefe de delegações do organismo na Rússia , BRICs e Comunidade Européia. Como palestrante e analista político, Murillo de Aragão proferiu mais de duas centenas de palestras, nos últimos 20 anos, em Nova York, Miami, Londres, Edimburgo, São Francisco, San Diego, Lisboa, Washington, Boston, Porto, Buenos Aires, Santiago, Lima, Guatemala City, Madrid, Estocolmo, Milão, Roma , Amsterdã, Oslo, Paris, entre outras, para investidores estrangeiros sobre cenários políticos e conjunturais do Brasil. Aragão lecionou as matérias “Comportamento Político” e “Processo Político e Legislação” no Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. Foi professor visitante da Universidad Austral, Buenos Aires e consultor do Banco Mundial. É professor-adjunto da Columbia University (Nova York) . Em 2017, foi convidado para ser professor-adjunto na Columbia University (Nova York) onde leciona a cadeira “Sistema Político Brasileiro”. É autor e autor do seguintes livros: Grupos de Pressão no Congresso Nacional (Maltese, 1992), 'Reforma Política – O Debate Inadiável (Civilização Brasileira, 2014) e Parem as Maquinas (Sulina, 2017). É colunista de opinião da revista Isto É, e do jornal, O Estado de São Paulo.
